 **SOS PRISÕES**

**Ex.mas Senhoras e exmos. Senhores,**

**Lisboa, 12-03-2013**

**N.Refª n.º 33/apd/13**

**Assunto**: **Apelo para apoio à greve de fome de Raffaele Cifrone**

Caras amigas e caros amigos,

A ACED organizou ontem, segunda-feira, uma conferência sobre a situação de Raffaele Cifrone, que já perdeu 17 kilos desde 20 de Fevereiro quando começou a greve de fome contra a série de abusos judiciais e prisionais de que tem sido alvo e vítima. Esses abusos foram denunciados pelo próprio às autoridades

http://iscte.pt/~apad/ACED/ficheiros/cifrone.html

que reagem escapando às suas responsabilidades e isolando o queixoso - abusando do poder de o terem nas "suas mãos" pelo facto de estar sob ordem de prisão. Nomeadamente levando-o inopinadamente de Coimbra (onde tinha e tem o seu apoio judicial em advogado constituído) para Vale de Judeus, onde esse apoio tem mais dificuldade em realizar-se em tempo útil. Sendo que de cada vez que é transferido - no último caso, ilegitimamente e contra as legislação aplicável em vigor, argumentando castigo contra maus comportamentos que só foram relatados em resposta a pedidos de esclarecimento, sem nunca terem sido registados (e portanto, não passam de meras desculpas, para não dizer mentiras) - se verifica uma redução do dossier de saúde que o acompanha. Não se sabe o que se pretende esconder com tal subtracção, mas não se pode deixar de suspeitar que tenha alguma coisa a ver com as queixas promovidas pelo recluso sobre torturas a que terá sido submetido desde que está às ordens da justiça portuguesa.

No ano em que Portugal ratificou o Protocolo Adicional à Convenção da ONU contra a Tortura, a ACED, em nome do grevista de fome, apela a quem sinta que pode ser útil a fazer chegar às autoridades e à opinião pública o caso. Para o que pode contar com toda a vontade do seu advogado constituído, Dr Victor Gaspar 968040870, e da ACED. Por razões humanitárias, de respeito pelo Direito, em nome de uma moral renovada, onde a segurança da sociedade não seja um pretexto para o aligeiramento das responsabilidades do Estado nas torturas que são cometidas.

A Direcção